



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Segundo Termo Aditivo ao Contrato celebrado em 05.05.2020, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a empresa CRIART – SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA. (Processo Administrativo nº 8510198-60.2020.8.06.0000).

AD2/CT Nº 09/2020

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. – Cambéa CEP: 60822-325 – Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Des. Washington Luis Bezerra de Araújo, e por sua Secretária de Gestão de Pessoas, Vlândia Santos Teixeira, e a empresa **CRIART – SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.**, representada neste ato por Sua Representante Legal, Sra. Lúcia Maria Simões Pereira, portador da carteira de identidade número [REDACTED], CPF número 07.103.111-06, com endereço na Rua Tibúrcio Cavalcante, nº 2850, Bairro Dionísio Torres, em Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o número 07.783.832/0001-70, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem celebrar TERMO ADITIVO com base nas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) na manifestação da Contratada, datada de 03.06.2020;
- b) na Informação nº 129/2020/SAGC, do Serviço de Apoio à Gestão de Contratos, e na solicitação da Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através do Memorando nº 049/2020/SGP, datado de 15.07.2020;
- c) nas disposições contidas no art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- d) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, de 06/11/2020, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Constitui objeto deste Termo reajustar o valor mensal do contrato que tem por objeto a **contratação de serviço continuado na área de educação, incluindo fornecimento de mão de obra**

AD2/CT Nº 09/2020



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

uniformizada, cujos empregados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e respectivas Convenções Coletivas de Trabalho no Ceará, para atender às necessidades da Creche do Poder Judiciário do Estado do Ceará, em 2,13499%, sendo 1,60821% referente ao salário das categorias, 0,42637% ao aumento do valor do vale alimentação, 0,08142% referente à cesta básica, e 0,01899% ao plano de saúde, todos determinados pela Convenção Coletiva dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Ceará – 2020/2021

Dessa forma o valor mensal do contrato passa de R\$ 121.515,18 (cento e vinte e um mil, quinhentos e quinze reais e dezoito centavos), para **R\$ 124.109,52 (cento e vinte e quatro mil, cento e nove reais e cinquenta e dois centavos)**, retroativamente a 15 de maio de 2020.

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por acharem-se os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 03 de dezembro de 2020.

Washington Luís Bezerra de Araújo

DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Vlândia Santos Teixeira

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE

Lúcia Maria Simões Pereira

REP. COMERCIAL DA EMPRESA CRIART – SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.